

PODER

Protagonismo pela 6 x 1

Presidente da Câmara, Motta se movimenta para destravar a PEC, após pedido de vista na CCJ, e viabilizar a votação do texto no colegiado na semana que vem. Governo insiste que projeto de lei — com pedido de urgência — tem tramitação mais rápida

» DANANDRA ROCHA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Motta argumenta que a PEC oferece "um âmbito maior de discussão". Fim da escala 6 x 1 é bandeira de campanha de Lula pela reeleição

A disputa em torno do fim da escala 6x1 ganhou novos contornos, ontem, com a movimentação do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do governo federal na disputa sobre qual lado ditará o ritmo e o formato das mudanças. Enquanto a Casa legislativa se debruça sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC), o Planalto quer a apreciação do projeto de lei que enviou ao Congresso, cuja tramitação é mais rápida do que no caso de PECs.

Motta convocou, ontem, sessão no plenário para destravar a PEC, após pedido de vista, nesta semana, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que avalia o texto. Pelo regimento da Câmara, a vista tem duração de duas sessões deliberativas. Com isso, o presidente da Casa pretende que o colegiado vote a proposta na próxima quarta-feira.

Antes de convocar a sessão, Motta reuniu-se com o ministro das Relações Institucionais, José Guimarães, em uma tentativa de alinhar expectativas e evitar um choque direto entre Executivo e Legislativo.

O pano de fundo da articulação é uma divergência central. A PEC, defendida pela Câmara, altera a Constituição e exige um quórum qualificado — o que torna sua tramitação mais lenta, porém mais abrangente. Já o PL do governo tem caminho mais curto, depende de maioria simples e permite ajustes posteriores por veto presidencial. Na prática, a escolha entre um e outro define não apenas o conteúdo

Duas propostas

A Câmara avalia duas PECs. Uma delas foi apresentada pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), em 2019. A outra, pela deputada Erika Hilton (PSol-SP).

da proposta, mas quem terá maior protagonismo em relação ao tema.

O presidente da Câmara argumenta que a PEC "é mais equilibrada" e oferece "um âmbito maior de discussão". Do lado do governo, o líder do PT na Casa, Pedro Uczai

(SC), reconheceu as dificuldades. "Há a complexidade de uma PEC. Embora não tenhamos nada contra a proposta do nosso colega de bancada Reginaldo Lopes, porém, temos o entendimento de que uma PEC que preveja reduzir a jornada para 36 horas não aprova nesta conjuntura", disse, em entrevista ao **Correio**. "O conteúdo é o mais importante: permitir a redução de 44 para 40 horas e o fim da jornada 6x1 para 5x2, sem redução de salário. Acreditamos que esse formato pode ter maioria", acrescentou.

O líder petista elevou o tom contra a oposição, acusando setores

de tentar retardar a tramitação. "A extrema-direita pediu vista para protelar a votação para depois das eleições ou para o esquecimento", criticou. Ainda assim, o parlamentar minimizou o risco de confronto aberto. "Quando for para votar, votarão a favor para não se desgastarem com o trabalhador", avaliou.

Em Barcelona, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender a mudança de escala. "Queremos pôr fim à chamada jornada de trabalho 6x1, para permitir que o trabalhador e a trabalhadora tenham dois dias de descanso semanal. Defender a

família é assegurar que todo cidadão possa passar tempo de qualidade com os seus entes queridos", declarou, durante anúncio de acordos com a Espanha, na primeira Cúpula Brasil-Espanha (leia reportagem na página 8).

Enquanto governo e Câmara medem forças, o relator da proposta na CCJ, Paulo Azi (União-BA), apontou que o impasse não está mais na redução da jornada em si, mas nas consequências práticas da alteração. "O grande debate será sobre como tratar os efeitos e a implementação da redução da jornada", afirmou ao **Correio**.

Segundo ele, há uma aproximação entre os textos. "A proposta do governo está convergindo para aquilo que estava sendo debatido aqui, que é uma solução intermediária, com redução da jornada para 40 horas", frisou. "A discussão será sobre qual tratamento será dado às consequências da redução da jornada, especialmente o aumento do custo da hora trabalhada e se isso ficará exclusivamente com o setor produtivo ou se haverá alguma participação do governo."

Outro foco de divergência é o ritmo com que a alteração será colocada em prática. "Será preciso definir se a implementação será direta ou se haverá uma regra de transição", ressaltou.

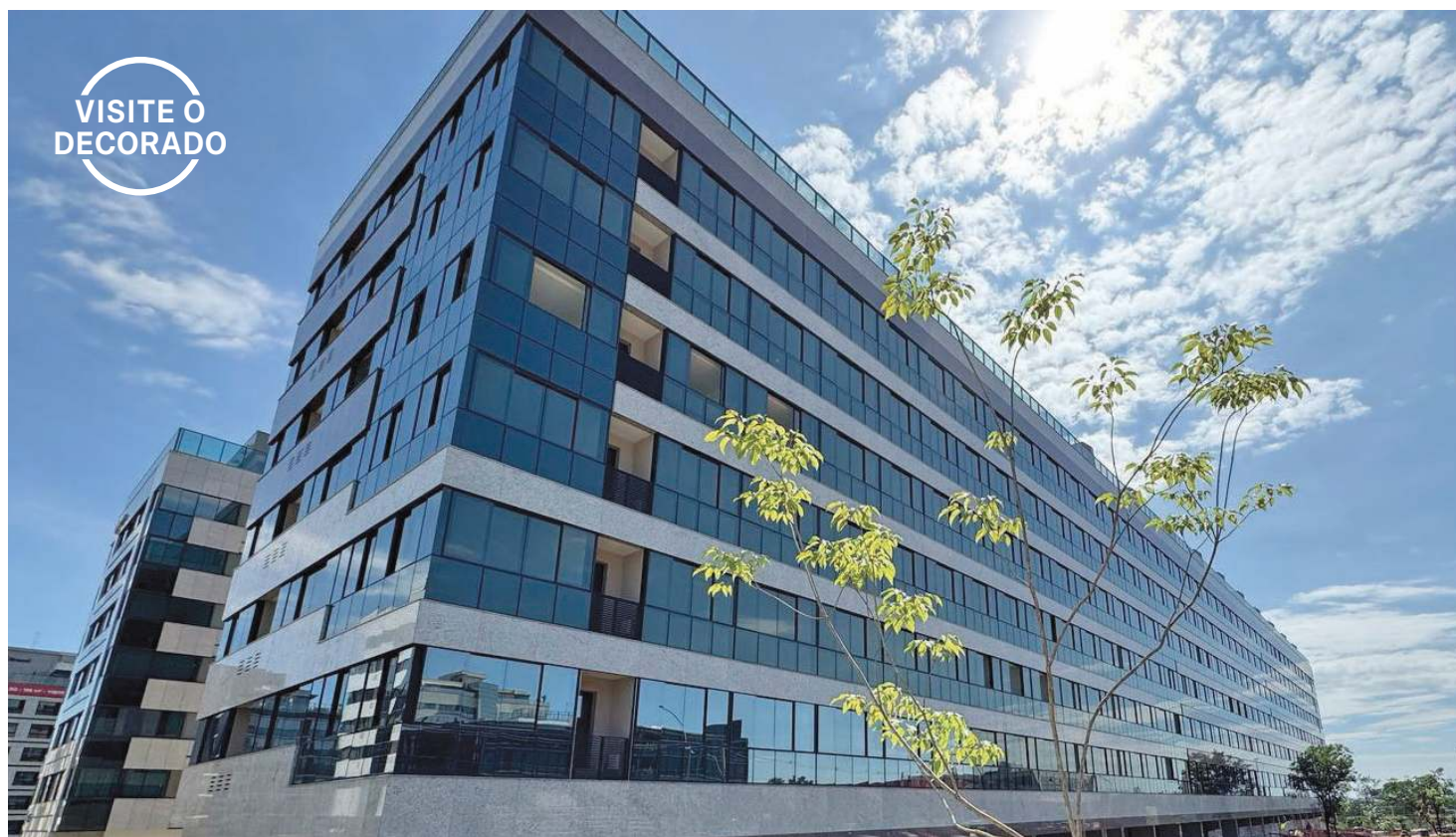
Nesse ponto, integrantes do governo defendem prazos mais curtos. O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, criticou a possibilidade de demora na implementação. "Não admitimos uma transição de cinco anos. Isso não é transição, é postergação", afirmou à GloboNews.

Por sua vez, Guimarães sinalizou que o governo não pretende levar o debate ao confronto. "Vai ter a PEC e tem o PL. Como é que a gente faz? Não pode ter crise por conta disso. É claro que o presidente considera que o PL é mais fácil de votar. Mas vamos sentar e discutir. Só o diálogo vai resolver isso."

Na oposição, o líder do PL, Cabo Gilberto Silva (PB), classificou a iniciativa do governo como eleitoreira. Mesmo assim, destacou que a análise será feita sem ruptura. Segundo ele, a oposição não pretende "votar contra os trabalhadores".

50 ANOS DE

QUALIDADE



3 E 4 QUARTOS
NO NOROESTE

Márcia Kubitschek
103 SQNW

PRONTO PARA MORAR

3 e 4 quartos

119 a 151 m²
Até 3 vagas de garagem

Cob. duplex

234 a 303 m²
Até 4 vagas de garagem

LAZER COMPLETO



3326.2222
www.paulooctavio.com.br

CORRETORES DE
PLANTÃO NO LOCAL
NOROESTE
CLNW 2/3

VISITE NOSSAS CENTRAIS DE VENDAS

208/209 NORTE
Eixinho, ao lado do McDonald's

ÁGUAS CLARAS
Rua 33 Sul Lote 7

SMAS
Trecho 3, Lote 7

GUARÁ II
QI 23 Lote 5

Paulo Octavio

CI1700